



Despacho nº.423-A/2013 P

Delegação de Competências no Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento

Considerando que:

- A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficiência e eficácia à gestão municipal;
- A delegação de competências constitui um instrumento de desconcentração administrativa, proporcionando a redução de circuitos de decisão e uma gestão mais célere e desburocratizada
- A possibilidade jurídica do Presidente da Câmara delegar a sua competência no dirigente máximo da respetiva unidade orgânica;

Considerando ainda o disposto no artigo 38º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, delego no Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento, Dr. Rui Pedro da Luz Guerreiro da Silva, as seguintes competências:

A - No âmbito da organização, funcionamento e gestão corrente dos serviços municipais:

1. As previstas no nº.1 do artigo 35º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- *Alínea a)* Representar o município em juízo e fora dele;
- *Alínea b)* Executar as deliberações da câmara municipal;
- *Alínea c)* Dar cumprimento às deliberações da assembleia municipal;
- *Alínea g)* Autorizar a realização das despesas orçamentadas até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);
- *Alínea h)* Autorizar o pagamento das despesas realizadas até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);

2. As previstas no nº.2 do artigo 35º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- *Alínea h)* Praticar os atos necessários à administração corrente do património do município e à sua conservação;
- *Alínea i)* Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, bem como a registos de qualquer outra natureza;

B - No âmbito da gestão e direção de recursos humanos:

1. As previstas no nº.2 do artigo 38º. da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

- *Alínea a)* Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, sem prejuízo pelo regular funcionamento do serviço e da salvaguarda do interesse público;
- *Alínea b)* Justificar faltas;
- *Alínea f)* Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;

C – Em outras matérias não previstas nos pontos anteriores:

1. As previstas no nº.3 do artigo 38º. da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, designadamente:

- *Alínea a)* Autorizar a realização e o pagamento de despesas em cumprimento de contratos de adesão cuja celebração tenha sido autorizada e com cabimento no orçamento em vigor;
- *Alínea b)* Autorizar a realização de despesa até ao limite de 3.000,00€ (três mil euros);
- *Alínea g)* Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais;
- *Alínea m)* Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

Delego ainda no Chefe da Divisão Financeira e Aprovisionamento a competência para assinar e visar a correspondência da Divisão, considerada como mero expediente.

O presente despacho de delegação de competências aplica-se igualmente no desempenho das funções em regime de acumulação da Chefia da Divisão de Comunicação e Informação, determinada pelos despachos nºs.4726/2010 P e 50/2013 P.

As competências ora delegadas podem ser subdelegadas, mediante autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara Municipal.

O presente despacho entra imediatamente em vigor e ratifica todos os atos que tenham sido entretanto praticados e que se incluam no âmbito da presente delegação de competências.

Publicite-se nos termos da Lei.

Odemira, 08 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


José Alberto Guerreiro, Engº.